

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR E MANEJO SUSTENTÁVEL DO SOLO, NO ÂMBITO FEDERAL E NO ESTADO DO PIAUÍ NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

Francisco Dionata de Oliveira¹, Bruna de Freitas Iwata², Antonio Joaquim da Silva³

¹ Mestrando do Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial - IFPI

² Profa. Dra. do Instituto Federal do Piauí - IFPI

³ Prof. Dr. do Instituto Federal do Piauí - IFPI

61

RESUMO

Entende-se como políticas públicas (PPs) o conjunto de ações e programas governamentais, integradas e idealizadas com o objetivo de haver algum impacto social ou provisão de bens à sociedade, as políticas públicas ambientais devem ir além da gestão de recursos para proteção do ambiente natural. Para verificar as políticas públicas relacionadas ao manejo sustentável do solo (MSS) e incentivo e fortalecimento a agricultura familiar (AF) como alternativa de gestão ambiental (GA) aplicada à produção agrícola no estado do Piauí, a investigação foi dividida em três âmbitos: Federal, Estadual (Piauí) e Municipal (Teresina), o período temporal estabelecido foi os últimos 15 anos: 2008 a 2023, como objeto de estudo tem-se uma análise documental dessas políticas. O estudo verificou que nos últimos 15 anos, período de 2008 a 2023 foram implementadas no total 47 políticas públicas voltadas ao manejo sustentável do solo e com incentivo à agricultura familiar. Diante do levantamento e dos dados apresentados, observou-se que houve poucas políticas públicas voltadas ao manejo sustentável do solo e à agricultura familiar. O âmbito federal se destaca com a quantidade de políticas implementadas em comparação com âmbito do estado do Piauí e o no município de Teresina.

Palavras-chave: Manejo do solo; Ações governamentais; Políticas públicas ambientais.

ABSTRACT

Public policies (PPs) are understood as the set of government actions and programs, where these actions must be integrated and idealized with the objective of having some social impact or provision of goods to society, environmental public policies must go beyond the management of resources to protect the natural environment. To verify public policies related to sustainable soil management (SSM) and encouraging and strengthening family farming (FF) as an environmental management alternative (EM) applied to agricultural production in the state of Piauí, the investigation was divided into three scopes: Federal, State (Piauí) and Municipal (Teresina), the established time period was the last 15 years: 2008 to 2023, as an

object of study there is a documentary analysis of these policies. The study found that in the last 15 years, from 2008 to 2023, a total of 47 public policies aimed at sustainable soil management and encouraging family farming were implemented. In view of the survey and the data presented, it was observed that there were few public policies aimed at sustainable soil management and family farming. The federal scope stands out with the number of policies implemented compared to the scope of the state of Piauí and the municipality of Teresina.

Keywords: Soil management; Government actions; Environmental public policies.

INTRODUÇÃO

Na administração pública federal entende-se como políticas públicas (PPs) o conjunto de ações e programas governamentais, onde essas ações devem ser integradas e idealizadas com o objetivo de haver algum impacto social ou provisão de bens à sociedade (Brasil, 2023).

No âmbito acadêmico Secchi (2020) destaca que ocorreu uma integração da natureza política das políticas públicas com a sua natureza administrativa, onde é usado como base um *continuum* tecnopolítico.

Para Torrens (2013) às políticas públicas são princípios que dá o direcionamento das ações do Poder Público, elas são diretrizes, regras e procedimentos que determina a relação de ações entre o estado, sociedade e atores sociais, além disso as PP determinam as aplicações de recursos públicos financiando programas, financiamentos e leis.

As políticas públicas ambientais devem ir além da gestão de recursos para proteção do ambiente natural, neste modo é necessário que as normativas ambientais também sirvam para orientar e trazer soluções para conflitos sociais que envolvam questões ambientais (Floriano, 2007; Castelo et al, 2021).

Assim, considerando que o modo de uso e manejo da terra é essencial para obtenção de diversos benefícios e aplicação de políticas que beneficiam a sociedade. Neste sentido os Sistemas Agroflorestais (SAF) tem sido largamente apontado como estratégia eficiente na promoção de produção agrícola, ecologia e potencialização social, em diversos ecossistemas, agregando assim importantes serviços ambientais, como o elevado poder de fixação de carbono, frente às mudanças climáticas (Iwata et al, 2014).

Para verificar as políticas públicas relacionadas ao manejo sustentável do solo (MSS) e incentivo e fortalecimento a agricultura familiar (AF) como alternativa de gestão ambiental aplicada à produção agrícola no estado do Piauí, foi investigado os últimos 15 anos de

políticas públicas federais, estaduais e municipais que venham trazer a abordagem da Gestão Ambiental para o manejo agrícola e produção alimentar, de modo a caracterizar essas políticas e instrumentos pensados a partir destas, essa investigação foi feita em canais oficiais do governo e através da documentação que foi entregue pelos órgãos públicos através de ofícios emitidos pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Após essa investigação foi feita uma caracterização e interligação das políticas públicas com a gestão ambiental rural e com os princípios dos SAFs, além de destacar as formas que elas contribuíram para o avanço dos SAFs no município de Teresina-PI.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Objeto de estudo

A investigação foi dividida em três âmbitos: Federal, Estadual (Piauí) e Municipal (Teresina), o período temporal estabelecido foram os últimos 15 anos: 2008 a 2023, onde só foi consultado e investigado até o dia 31/08/2023. Assim, como objeto de estudo tem-se uma análise documental dessas políticas.

2.2. Procedimentos metodológicos

Investigação bibliográfica: Foi consultado e investigado as políticas públicas (PPs) que mencionam ou que tenham como objetivo principal o incentivo à produção em sistemas agroflorestais, de incentivo à agricultura familiar, de produção agroecológica e produção orgânica. A investigação aconteceu nos sites governamentais, legislação e artigos científicos, onde foi feita uma busca aos termos sistemas agroflorestais, agricultura familiar e produção orgânica, ambos os termos ligados ao manejo sustentável do solo.

Solicitação de dados através de ofícios: Realizou-se a solicitação de dados a instituições nos três âmbitos supracitados, os ofícios foram emitidos pelo IFPI nestes ofícios foram solicitados o acesso às PPs desenvolvidas pelas instituições e órgãos nos últimos 15 anos, alguns protocolaram o ofício via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), outros só receberam o ofício impresso sem ser aberto processo eletrônico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo verificou que nos últimos 15 anos, período de 2008 a 2023 foram implementadas no total 47 políticas públicas voltadas ao manejo sustentável do solo e com incentivo à agricultura familiar. Observa-se que o âmbito que teve um maior incentivo a agricultura familiar e o manejo sustentável e ecológico do solo foi o âmbito Federal.

3.1. Políticas públicas no âmbito federal

Diante do levantamento das PPs no âmbito federal se encontrou um total de 22 políticas públicas implementadas nos últimos 15 anos pelo poder público federal. No quadro 1 apresenta cronologia dessas PPs junto com a regulamentação delas.

Quadro 1 - Cronologia das políticas públicas encontradas no âmbito Federal desenvolvidas nos últimos 15 anos.

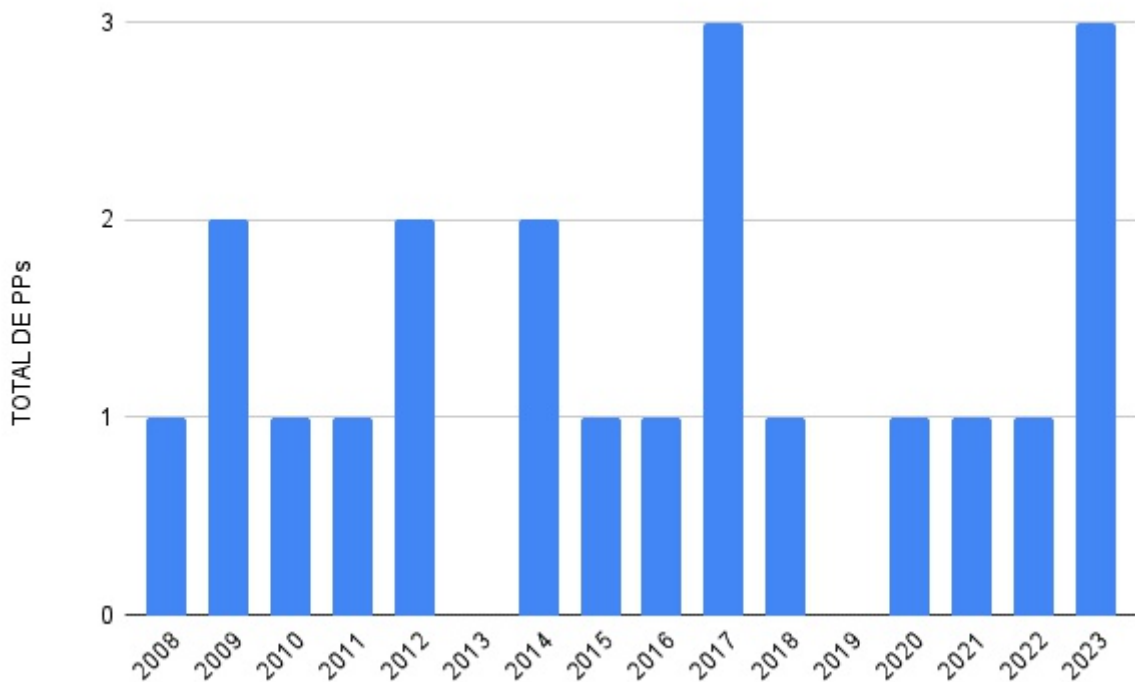
Ano de criação	Política pública	Legislação/Regulamentação	Situação
2008	Programa Territórios da Cidadania	Decreto nº 11503/2008	Vigente
2009	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF	Decreto nº 6847/2009	Revogado
2009	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável	Decreto nº 6882/2009	Vigente
2010	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER	Decreto nº 7215/2010	Vigente
2011	Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Decreto nº 7644/2011	Revogado
2012	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI	Decreto nº 7747/2012	Vigente
2012	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	Decreto nº 7794/2012	Vigente
2014	Política Agrícola para Florestas Plantadas	Decreto nº 8375/2014	Vigente
2014	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater	Decreto nº 8252/2014	Vigente
2015	Pacto Nacional para Alimentação Saudável	Decreto nº 8553/2015	Vigente
2016	Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	Decreto nº 8736/2016	Revogado
2017	Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado	-	-
2017	Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Decreto nº 9221/2017	Vigente
2017	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	Decreto nº 8972/2017	Vigente
2018	Política Nacional sobre Mudança do Clima	Decreto nº 9578/2018	Vigente
2020	Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais Floresta+	Portaria nº 288/2020.	Vigente
2021	Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural	Lei nº 14275/2021	-
2022	Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão	Lei nº 14475/2022	Vigente

Ano de criação	Política pública	Legislação/Regulamentação	Situação
2023	Programa Mais Alimentos	Decreto nº 11584/2023	Vigente
2023	Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais	Decreto nº 11642/2023	Vigente
2023	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Decreto nº 11396/2023	Vigente

Fonte - Autor, 2023.

No período de 2008 a 2023 foram encontradas no total de 22 PPs implementadas no âmbito Federal, onde destaca-se que os anos que tiveram um maior número de implantação e desenvolvimento de PPs voltadas à agricultura e manejo sustentável do solo foram os anos de 2017 e 2023 com um total de 4 políticas implantadas e os anos que tiveram o número zerado de implantação foram os anos de 2013 e 2019 (Figura 1).

Figura 1 - Total de políticas públicas federais relacionadas ao manejo sustentável do solo e agricultura familiar entre 2008 e 2023.



Fonte - Autor, 2023.

Dessas 22 políticas atualmente 3 estão revogadas sendo elas o Programa Federal de Manejo, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Priour (2011) destaca que a revogação parcial ou completa de PPs é uma das medidas de retrocesso de implementação e proteção.

Como público-alvo dessas políticas observa-se que a maioria das políticas voltadas à agricultura familiar e o manejo sustentável do solo que foram regulamentadas entre os anos de 2008 e 2023 tem como público-alvo em sua maioria os agricultores familiares e as populações tradicionais (Quadro 2).

Quadro 2 - Público-alvo das políticas instituídas no âmbito Federal nos últimos 15 anos.

Políticas Públicas	Público Alvo
Programa Territórios da Cidadania	AF; ARA; PT.
Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar	MS; ARA; AF; PT.
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar	TR; AF; PT.
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária	TR; AF; PT
Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	AF
Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas	PT
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	AF; MU
Política Agrícola para Florestas Plantadas	TR
Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	AF; TR
Pacto Nacional para Alimentação Saudável	AF
Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	AF; PT; TR
Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado	TR
Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	AF; TR;
Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	TR
Política Nacional sobre Mudança do Clima	AF
Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais	PT; AF; TR
Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural	AF
Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão	TR

Políticas Públicas	Público Alvo
Programa Mais Alimentos	AF; PT
Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais	MU
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	-

Fonte - Autor, 2023.

A modernização tecnológica na agricultura e nos meios de produção desestruturou a maneira de produção dos agricultores tradicionais (Wesz Júnior e Trentin, 2006; Tagliapietra et al., 2021). Neste sentido, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e produção e manejo do solo sustentável devem ter como público-alvo os agricultores familiares e as populações e comunidades tradicionais, o público mais afetado pela modernização tecnológica no meio de produção por conta desse público se manter distantes dessa modernização (Balsan, 2006). Situação que se observa no Brasil.

3.2. Políticas públicas no âmbito de estado do Piauí

Na investigação das políticas públicas voltadas ao manejo sustentável e agricultura familiar no âmbito do estado do Piauí foi constatado que há 19 políticas implementadas no Piauí no período de 2008 a 2023 (Quadro 3).

Quadro 3 - Cronologia das políticas públicas encontradas no âmbito do estado do Piauí desenvolvidas nos últimos 15 anos.

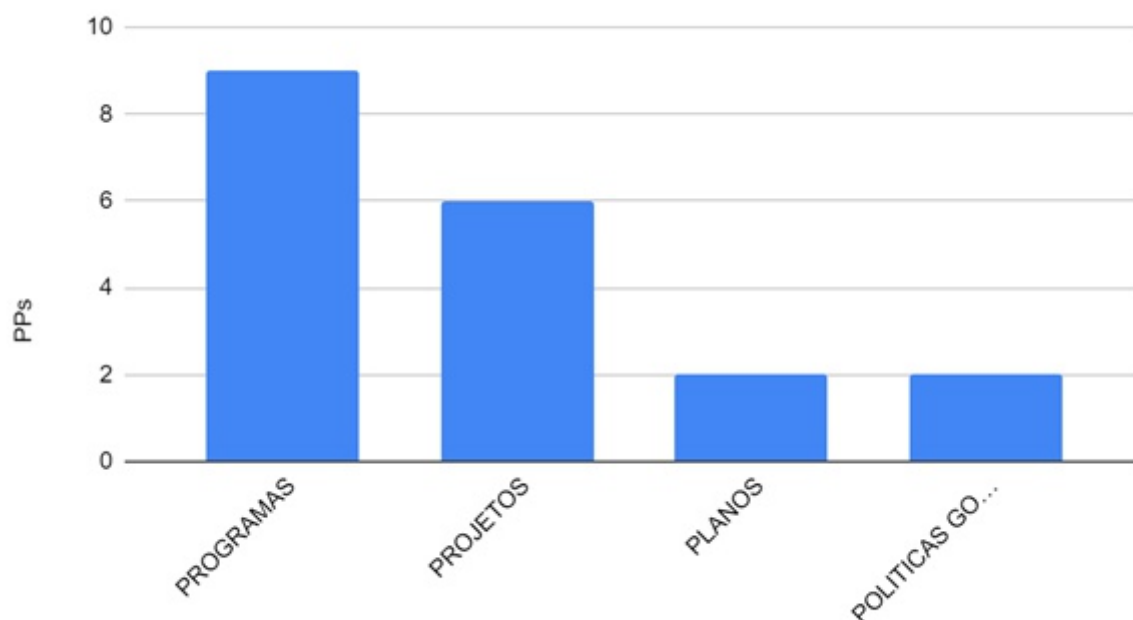
Ano de criação	Política pública	Legislação/Regulamentação	Situação
2011	Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural	Decreto nº 14626/2011	Vigente
2013	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Viva o Semiárido (PVSA)	-	Revogado
2014	Programa de Concessão de Subsídio de energia	Lei nº 6607/2014	Revogada
-	Apoio à comercialização de produtos da Agricultura Familiar	-	-
-	Ater Sol	-	-
-	Projeto Centro de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar	-	-

Ano de criação	Política pública	Legislação/Regulamentação	Situação
-	Programa de Capacitação Continuada	-	-
-	Programa de Apoio às Feiras da Agricultura Familiar	-	-
-	Programa de Distribuição de Implementos Agrícolas	-	-
-	Programa de Distribuição de Sementes e Mudanças	-	-
-	Programa de distribuição de Kits de Irrigação	-	-
2020	Projeto Ater no Quilombo II	-	-
2020	Projeto Quitanda Virtual	-	Revogado
2022	Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do estado do Piauí	-	Vigente
2022	Concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural	Lei nº 7885/2022	Vigente
2022	Plano Piauí 2030	-	Vigente
2023	Política Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado do Piauí	Decreto nº 22307/2023	Vigente
2023	Programa de Expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (Piauí +Ater)	-	Vigente
2023	Programa de Valorização da Agricultura Familiar	-	Vigente

Fonte - Autor, 2023.

As políticas se dividiram em: planos, programas, projetos e políticas governamentais, onde se destaca que a maioria das políticas estaduais são programas governamentais totalizando um total de 9 programas equivalente 47,3 % das políticas implementadas entre 2008 a 2023 (Figura 2). Garcia (s.d) afirma que programas são originários de planos de governos em suas devidas esferas, ele também destaca que os programas visam o atendimento de um determinado objetivo que implica em uma solução de problemas (Garcia, s.d).

Figura 2 - Divisão das Políticas públicas do estado do Piauí voltadas ao manejo sustentável do solo e agricultura familiar entre 2008 e 2023.



Fonte - Autor, 2023.

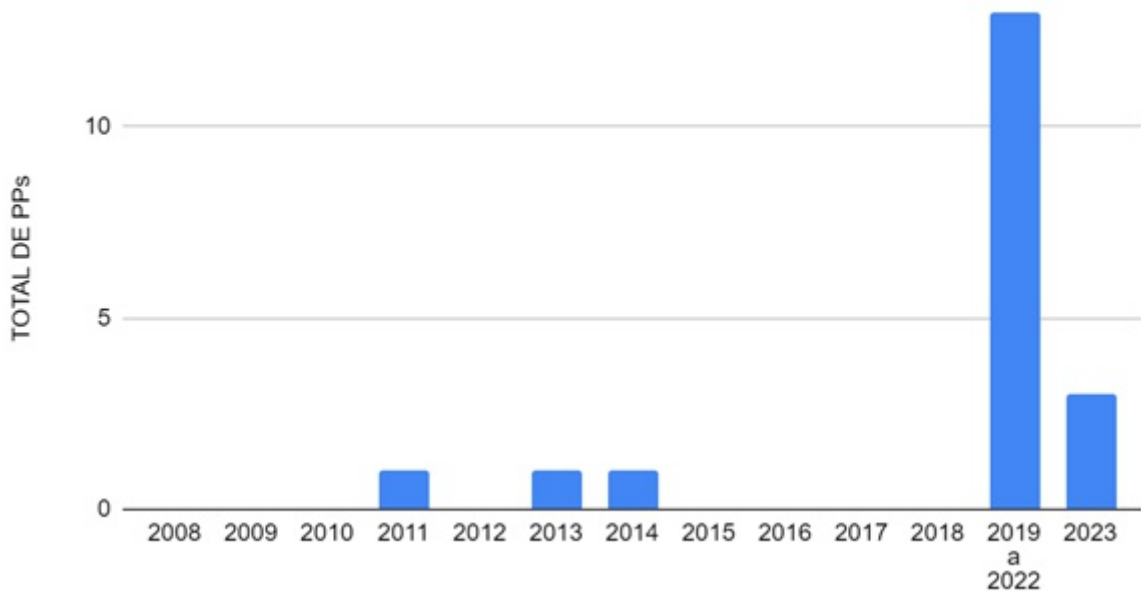
Destaca-se a falta de regulamentação dessas políticas através de leis e decretos, uma das problemáticas da falta de regulamentação de uma política ocorre por não ocorrer um controle de gastos e de fundos (Junior et al., 2009). Santos (2015) destaca que a ausência de regulamentação torna mais difícil o exercício de um direito pela população, neste modo é indiscutível a problemática da ausência de regulamentação de uma PP.

Em resposta aos ofícios algumas instituições enviaram as PPs que cada uma desenvolvia, no entanto não foi informado o ano de implementação de cada PP só foi informado o período do tempo de 2019 a 2022, neste modo não é possível afirmar quantas PP foram implementadas em cada ano, podendo ocorrer afirmação que neste período foram implementadas um total de 13 políticas. Deste modo as políticas informadas que não foi declarada ano de implementação será tratada no período temporal de 2019 a 2022 (Figura 3).

Observa-se no gráfico 03 que diferente das PPs Federais no âmbito do estado do Piauí não houve uma constância de implementação e criação de PP, aonde no ano de 2008, 2009, 2010, 2012, 2015, 2016, 2017 e 2018 não foram encontradas nem informadas PPs de manejo sustentável do solo e fortalecimento da agricultura familiar no Piauí.

Já quando se trata do público-alvo dessas políticas e programas estaduais pode citar que ambas têm como público-alvo os agricultores familiares do estado do Piauí, destaca-se a inclusão das mulheres nas PPs do estado Piauí (Quadro 4).

Figura 3 - Divisão das Políticas públicas do estado do Piauí voltadas ao manejo sustentável do solo e agricultura familiar entre 2008 e 2023.



Fonte - Autor, 2023.

Quadro 4 - Público-alvo das políticas instituídas no âmbito do estado do Piauí nos últimos 15 anos.

Políticas Públicas	Público-alvo
Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural	AF; TR; PT; MU
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Viva o Semiárido (PVSA)	AF; TR; PT; MU
Programa de Concessão de Subsídio de energia	TR
Apoio à comercialização de produtos da Agricultura Familiar	AF; TR
Ater Sol	AF
Projeto Centro de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar	AF
Programa de Capacitação Continuada	AF; MU
Programa de Apoio às Feiras da Agricultura Familiar	AF; TR
Programa de Distribuição de Implementos Agrícolas	AF; TR
Programa de Distribuição de Sementes e Mudanças	AF; MU; TR
Programa de distribuição de Kits de Irrigação	AF; TR
Projeto Ater no Quilombo II	PT
Projeto Quitanda Virtual	AF

Políticas Públicas	Público-alvo
Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do estado do Piauí	MU
Concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural	TR
Plano Piauí 2030	AF; TR; MU; PT
Política Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado do Piauí	AF; PT
Programa de Expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (Piauí +Ater)	AF
Programa de Valorização da Agricultura Familiar	AF; TR

Fonte - Autor, 2023.

Nas PPs levantadas no âmbito do estado do Piauí destacou-se a problemática da ausência de regulamentação das políticas implantadas, regulamentar é o ato administrativo normativo mediante decreto (Gasparini, 2001; Carvalho, 2002), Gasparini (2001) destaca que o ato de regulamentar é o primeiro passo para execução de uma lei. Desta forma só afirma a necessidade de regulamentação das PPs de incentivo ao manejo sustentável do solo e da agricultura familiar.

3.3. Políticas públicas no âmbito do município de Teresina

No âmbito municipal entre 2008 à 2023 foi encontrada um total de 6 políticas (Quadro 05), todas PPs foram encontradas através da revisão bibliográfica levando em consideração que as instituições que responderam os ofícios deram resposta negativa e outras não responderam até o prazo estipulado.

Na PPs municipais se destaca o grande enfoque na produção através das hortas comunitárias, Monteiro e Monteiro (2006) destaca que as hortas comunitárias foram implantadas pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) com objetivo geral de gerar trabalho e renda além de melhorar o padrão alimentar das famílias da periferia da cidade.

Também destaca a ausência de regulamentação dessas PPs mesmo problema destacado com as PPs do estado do Piauí, De Carvalho (2002) afirmou que as provisões gerais de serviços governamentais devem procurar estabelecer um bom equilíbrio entre as maneiras de prover e regulamentar estes serviços. Neste sentido a regulamentação dos serviços providos pela PMT é mais que indispensável para melhorar a implementação das políticas aplicadas no âmbito municipal.

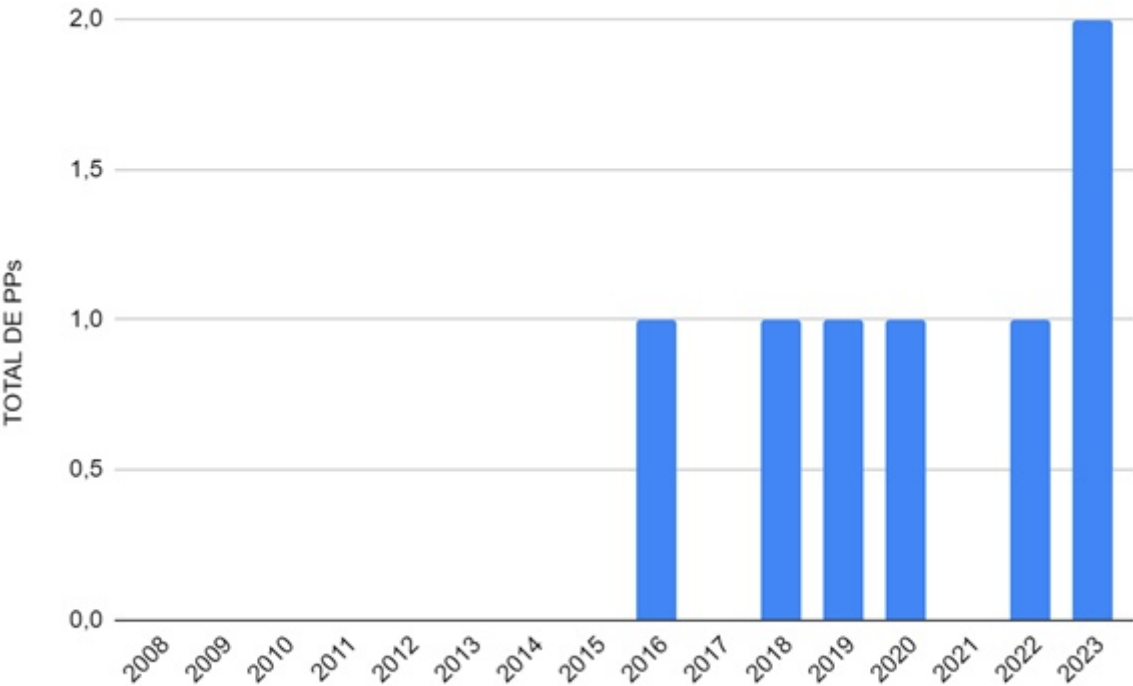
O ano que teve a maior quantidade de implementações políticas públicas foi ano de 2023 com a implantação de 2 políticas e no intervalo de 2008 a 2015 além de 2017 e 2021 não foram encontradas PPs voltadas ao manejo sustentável do solo e ao fortalecimento da agricultura familiar (Figura 4).

Quadro 5 - Cronologia das políticas públicas encontradas no âmbito do Município de Teresina desenvolvidas nos últimos 15 anos.

Ano de criação	Política pública	Legislação/Regulamentação	Situação
2016	Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica	Decreto nº 16213/2016	Vigente
2018	Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	Lei nº 5242/2018	-
2019	Programa Horta Comunitária de Base Agroecológica Educativa	Lei nº 5389/2019	-
2020	Unidades de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	-	-
2022	Projeto Hortas Comunitárias Sustentáveis	-	-
2023	Apoio aos trabalhadores das hortas comunitárias	-	-
2023	Feira de Arte e Agricultura Familiar	-	-

Fonte - Autor, 2023.

Figura 4 - Total de políticas públicas do município de Teresina relacionadas ao manejo sustentável do solo e agricultura familiar entre 2008 e 2023.



Fonte - Autor, 2023.

Não foram encontradas informações sobre a situação das PPs, a única política que foi encontrada a situação foi a Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (CMAPO) onde o Decreto nº 16213/2016 continua vigente até a data de hoje onde recentemente foi anunciado a reestruturação de desta comissão (Teresina, 2023).

Já como público-alvo as PPs municipais destacam o apoio aos agricultores familiares principalmente AF localizados na zona urbana do município, levando em consideração que a maioria dessas PPs estão destinadas as hortas urbanas e os produtores urbanos. Destaca-se o baixo apoio à inserção na mulher nos meios de produção, onde só tem uma política de apoio (Quadro 6).

Quadro 6 - Público-alvo das políticas instituídas no âmbito do estado do Piauí nos últimos 15 anos.

Políticas Públicas	Público Alvo
Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica	-
Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	AF
Programa Horta Comunitária de Base Agroecológica Educativa	CA
Unidades de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	AF; TR
Projeto Hortas Comunitárias Sustentáveis	AF
Apoio aos trabalhadores das hortas comunitárias	AF
Feira de Arte e Agricultura Familiar.	AF; TR; MU

Fonte - Autor, 2023.

3.4. Benefícios da implantação das políticas levantadas nos 3 âmbitos estudados

As políticas públicas têm como objetivo prover benefícios à população (Brasil, 2023), neste sentido é importante destacar os benefícios diretos e indiretos que as PPs voltadas ao manejo ecológicos do solo e a agricultura têm sobre a sociedade brasileira.

Benefícios ambientais se definem como subsídios de um determinado elemento trabalho denominado como função ecossistêmica, desta forma, os benefícios ambientais se tratam de benefícios de melhor qualidade ambiental e de vida (Romeiro e Maia, 2011).

Santana et al. (2020) afirma que é agricultura e produção orgânica auxilia na redução dos impactos ambientais, e mostra que tem um papel crucial no desenvolvimento regional, de benefícios ele destaca a valoração de produtos, geração de empregos e segurança alimentar.

Desta forma observa-se que as PPs nos três âmbitos estudados Federal, no estado do Piauí e no Município de Teresina proveram e provém benéficos à população (Quadro 7).

Quadro 7 - Relação da geração de benefícios da implementação das políticas voltadas ao manejo sustentável do solo e agricultura familiar nos anos de 2008 a 2023 no âmbito federal, do estado do Piauí e no município de Teresina.

Benefícios	
Benefícios Ambientais	Nº de PPs
Conservação do solo	26
Conservação de recursos hídricos	26
Redução e captação da emissão de CO ²	26
Programas de Educação de Ambiental	16
Melhoria da qualidade ambiental	26
Benefícios Socioeconômicos	
Comercialização de produtos	23
Apoio ao comércio local	23
Desenvolvimento	35
Autosustentabilidade	22
Capacitação	19
Segurança Alimentar	30

Fonte - Autor, 2023.

Dentre os benefícios ambientais gerados pela PPs destacam-se a melhoria da qualidade ambiental, conservação do solo, captação e redução do CO₂ e conservação dos recursos hídricos, onde tem a menção em 26 PP sobre a provisão desses benefícios.

A qualidade ambiental é dependente dos processos socioambientais (Menegat, 2004; Toledo e Santos, 2008; Comelli, 2015). Já Buainain e Garcia (2015) destacam que a agricultura familiar eleva a qualidade ambiental nas localidades em que ela está inserida,

através da produção é gerados emprego e renda além de reduzir a insegurança alimentar e as desigualdades regionais. Desta forma através da produção e o manejo sustentável do solo os produtores e pessoas envolvidas manejo são diretamente afetadas positivamente sobre as PPs trazendo um desenvolvimento regional.

A redução de custos de produção pode ocorrer quando se procuram formas alternativas de produção, como agricultura orgânica, SAFs e sistemas agroecológicos, essa redução pode ocorrer através de práticas de conservação do solo (Abdo, Valeri, Martins, 2008). As PPs citadas neste trabalho trabalham diretamente com esses tipos de produção visando a conservação dos recursos naturais tais como solo, ar e recursos hídricos.

Já nos benefícios socioeconômicos destacam-se os seguintes benefícios: desenvolvimento, segurança alimentar e comercialização e apoio ao comércio local.

O autoconsumo é uma forma de é uma das formas de combater a insegurança alimentar (Gazolla, 2004), é importante destacar que muitas das PPs implementadas no período de 2008 a 2023 tratam e tem como um dos objetivos combater a insegurança alimentar. Desta forma o autoconsumo e a comercialização dos produtos da agricultura familiar causam uma segurança alimentar além de causar um desenvolvimento (Deimiling, 2015).

4. CONCLUSÕES

Diante do levantamento e dos dados apresentados, observou-se que houve poucas políticas públicas voltadas ao manejo sustentável do solo e à agricultura familiar. O âmbito federal se destaca com a quantidade de políticas implementadas em comparação com âmbito do estado do Piauí e o no município de Teresina.

A maioria das PPs do Piauí e do município de Teresina não há uma regulamentação que implica diretamente na implementação contínua dela, onde a maioria das PPs são planos governamentais.

Os benefícios das PPs voltadas ao MSS e a AF tem diversos benefícios à sociedade, onde esses benefícios ultrapassam a escala social e econômica tem impacto positivo na proteção dos recursos naturais e na qualidade ambiental.

As PPs são umas das formas de gestão ambiental rural e tem impacto positivo nas comunidades rurais, elas funcionam com o incentivo à produção orgânica e com a produção menos prejudicial ambientalmente. Elas operam como instrumento de planejamento e de gestão governamental para o desenvolvimento regional incentivando o comércio local e combatendo a insegurança alimentar.

No âmbito Federal destaca-se a regulamentação e o detalhamento das PPs implementadas, através da regulamentação ocorreu o detalhamento e a garantia de continuação dessas PPs independente do governo ou até a sua revogação.

O público-alvo das PPs levantadas em sua maioria são os agricultores familiares e trabalhadores rurais, no entanto encontrou-se algumas PPs voltadas a inserção da mulher no meio de produção.

REFERÊNCIAS

BALSAN, R. **IMPACTOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA**. Disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11787/8293/0&sa=D&source=docs&ust=1696782726185579&usg=AOvVaw1CgiFCgwAR_TwTIYYHqTaT>. Acesso em: 10 set. 2023.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al, (org.). **Propriedade Intelectual e Inovações na Agricultura**. Brasília; Rio de Janeiro: [s. n.], 2015. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1047036>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11503, de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. [S. l.], 25 fev. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6874, de 5 de junho de 2009**. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. [S. l.], 5 jun. 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6874impressao.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6882, de 12 de junho de 2009**. Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável, e dá outras providências. [S. l.], 19 jun. 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6882.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7215, de 15 de junho de 2010**. Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. [S. l.], 15 jun. 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7215.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7644, de 16 de dezembro de 2011**. Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. [S. l.], 16 dez. 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7644impressao.htm. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. [S. l.], 5 jun. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. [S. l.], 20 ago. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8375, de 11 de dezembro de 2014.** Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas. [S. l.], 11 dez. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8375.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8252, de 26 de maio de 2014.** Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater. [S. l.], 26 maio 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8252.htm. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8553, de 3 de novembro de 2015.** Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. [S. l.], 3 nov. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8553.htm. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8736, de 3 de maio de 2016.** Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. [S. l.], 3 maio 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736impresao.htm. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9221, de 6 de dezembro de 2023.** Regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9221.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8972, de 24 de janeiro de 2017.** Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d8972.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9578, de 22 de novembro de 2018.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9578.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14275, de 23 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14275.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14475, de 13 de dezembro de 2022.** Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14475.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11584, de 28 de junho de 2023.** Institui o Programa Mais Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11584.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11642, de 16 de agosto de 2023.** Institui o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11642.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11396, de 21 de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11396.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

CASTELO, B. M. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

COMELLI, J. P. **Agricultura urbana: contribuição para a qualidade ambiental urbana e desenvolvimento sustentável Estudo de Caso – hortas escolares no município de Feliz/RS.** [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/139382/000989842.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 set. 2023.

DE CARVALHO, M. O DECRETO REGULAMENTAR COMO ATIVIDADE LEGISLATIVA DO PODER EXECUTIVO. **REVISTA JURÍDICA**, p. 12, 2002. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/358_arquivo.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L. A efetividade da cidadania no Programa Territórios da Cidadania: um estudo de caso do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 139-152, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Allebrandt/publication/264699315_A_Efetividade_da_Cidadania_no_Programa_Territorios_da_Cidadania_Um_Estudo_de_Caso_do_Noroeste_Colonial_do_Rio_Grande_do_Sul/links/53eba0010cf202d087cd65dd/A-Efetividade-da-Cidadania-no-Programa-Territorios-da-Cidadania-Um-Estudo-de-Caso-do-Noroeste-Colonial-do-Rio-Grande-do-Sul.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

DEIMLING, MOACIR FRANCISCO et al. AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES NA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO. **Asociación Interciencia**, [S. l.], p. 440-447, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/339/33940000002.pdf>. Acesso em: 4 out. 2023.

DO REGO MONTEIRO, J. P.; DO SOCORRO LIRA MONTEIRO, M. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, p. 14, 2006. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/312/181>. Acesso em: 17 set. 2023.

FERNANDES, A. et al. **A problemática das políticas públicas ambientais no Brasil.** Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/download/12617/9009/43399>. Acesso em: 17 set. 2023.

GARCIA, Ronaldo C. PPA: o que não é e o que pode ser. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, v. 1, n. 20, p. 431-456, 2012.

GAZOLLA, Marcio. **AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 15 set. 2023.

GALVÃO JUNIOR, A. DE C. et al. Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 43, n. 1, p. 207–227, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/nbMYKyxTZrVYRCdCbRyn9Kc/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 set. 2023.

Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado – Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://fip.funatura.org.br/projeto-paisagem/>>. Acesso em: 9 out. 2023.

GONÇALVES, R. I. **Governo lança Programa de Expansão da Assistência Técnica nesta terça (8) - Governo do Piauí.** Disponível em: <<https://antigo.pi.gov.br/noticias/sada-lanca-programa-de-assistencia-tecnica-nesta-terca-8/>>. Acesso em: 2 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Catálogo - Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF).** Disponível em: <<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/143/programa-federal-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar-pmcf>>. Acesso em: 10 set. 2023.

In: Governante do futuro: **Gestão pública e sistema de controle.** Ed. Saraiva. São Paulo. 2015. Disponível em: https://eadeje.tse.jus.br/pluginfile.php/114251/mod_resource/content/1/M%C3%B3dulo%202%20-%20Gest%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20e%20Sistemas%20de%20Controle%20COMPLETO.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

LOTTA, G. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil.** Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 288/2020**, Institui o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.. Diário Oficial da União. seção 1, Brasília, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-288-de-2-de-julho-de-2020-264916875>. Acesso em: 8 set. 2023.

PIAUI. **Lei nº 14626, de 31 de outubro de 2011.** Dispõe sobre a criação do PROGRAMA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MEIO RURAL - PROGERE no Estado do Piauí. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=152364>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIAUI. **Lei nº 6607, de 23 de dezembro de 2014.** Altera o artigo 3º, da Lei nº 4.542, de 28 de dezembro de 1992, com redação dada pelas Leis nº 4.995, de 30.12.1997, nº 5.327, de 23.09.2003, nº 5.630, de 15.01.2007 e nº 6.042, de 30.12.2010, sobre prazo de fruição de incentivo à irrigação. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279356>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIAUI. **Lei nº 7885, de 8 de dezembro de 2022.** institui incentivo, através da concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural que desenvolva as atividades exclusivas de irrigação e/ou aquicultura. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=439375#:~:text=Institui%20incentivo,%20através%20da%20concessão,de%20irrigação%20e%20ou%20aquicultura>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIAUÍ. **Decreto nº 22307, de 8 de agosto de 2023.** Regulamenta a Lei nº 7.480, de 18 de janeiro de 2021, que institui a Política Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado do Piauí. Disponível em: [https://www.diario.pi.gov.br/doe/files/diarios/anexo/e6d5ffcf-5992-4c8b-9b8f-5f8fd131fe46/DIARIO-OFFICIAL-DO-ESTADO-DO-PIAUI-PUBLICACAO-N-180%20\(2\).pdf](https://www.diario.pi.gov.br/doe/files/diarios/anexo/e6d5ffcf-5992-4c8b-9b8f-5f8fd131fe46/DIARIO-OFFICIAL-DO-ESTADO-DO-PIAUI-PUBLICACAO-N-180%20(2).pdf). Acesso em: 16 set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. In: **Prefeitura de Teresina realiza reunião com entidades governamentais para reestruturação da CMAPO.** [S. l.], 6 jun. 2023. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2023/06/06/prefeitura-de-teresina-realiza-reuniao-com-entidades-governamentais-para-restrukturacao-da-cmapo/>. Acesso em: 14 set. 2023.

ROMEIRO, A.; MAIA, R. **Avaliação de custos e benefícios ambientais.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/657/1/Avalia%c3%a7%c3%a3o%20de%20custos%20e%20benef%c3%adcios%20ambientais.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2023.

TERESINA. **LEI nº 5.389, de 11 de junho de 2019.** Institui o Programa Horta Comunitária de Base Agroecológica Educativa, no âmbito do Município de Teresina, e dá outras providências. (*). [S. l.], 11 jun. 2019. Disponível em: <https://dom.pmt.pi.gov.br/admin/upload/DOM2558-08072019-ASSINADO.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

TERESINA. **Decreto nº 16213, de 15 de setembro de 2016.** Institui, no âmbito do Município de Teresina, a Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica – CMAPO, e dá outras providências. Disponível em: <https://dom.pmt.pi.gov.br/admin/upload/DOM1958-21092016.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

TERESINA. **Lei nº 5389, de 11 de junho de 2019.** Institui o Programa Horta Comunitária de Base Agroecológica Educativa, no âmbito do Município de Teresina, e dá outras providências. (*). Disponível em: <https://dom.pmt.pi.gov.br/admin/upload/DOM2558-08072019-ASSINADO.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

TERESINA. **Lei nº 5242, de 2 de maio de 2018.** DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE APOIO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pi/t/teresina/lei-ordinaria/2018/525/5242/lei-ordinaria-n-5242-2018-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-apoio-a-agricultura-urbana-e-periurbana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 set. 2023.

TORRENS, A. C. **Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/197/ril_v50_n197_p189.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

Viva o Semiárido. Disponível em: <<https://vivaosemiarido.org.br/inicio/>>. Acesso em: 12 out. 2023.